

(RE)PRODUZIR O INQUESTIONÁVEL: NOMINALIZAÇÃO, GENERALIZAÇÃO E NATURALIZAÇÃO NO DISCURSO NEOLIBERAL

Patrick Alfred Dahletⁱ

Resumo: O discurso neoliberal é profundamente ideológico apesar de absolutamente não aparentar sê-lo. Tal desdobramento resulta fundamentalmente de um autoapagamento da própria discursividade. Um dos efeitos desta autodissimulação é que, embora a doutrina neoliberal seja onipresente na chamada grande mídia, os seus suportes e as suas articulações tendem a permanecer despercebidos: ouve-se, lê-se e vê-se o discurso neoliberal, mas não se repara. São focalizadas aqui as formas e os efeitos da operação de nominalização. Mostra-se como, ao parecer atuar fora de qualquer marca de enunciação (apagamento das marcas do sujeito enunciator, dos agentes e pacientes, das causas e consequências do processo), esta operação, aliada a determinação definitiva e a uma esquematização do acontecido enquanto escapando ao comando humano, naturaliza as tomadas de posições neoliberais, espalhando-as como meras evidências e expressão intangível da realidade.

Palavras-chave: Nominalização. Pré-construído. Obviedades. Naturalização.

Abstract: Neoliberal discourse is deeply ideological, although it does not appear to be so in any way. That is mainly the result of the deliberate self-effacement of its own discursive quality. One effect of this self-dissimulation is that, although the neoliberal doctrine is ubiquitous in the dominant media, its supporting elements and articulations tend to go unnoticed: the neoliberal discourse is heard, read and seen, but it is not perceived. We focus here on the forms and effects of the nominalization processes. The intention is to show how, while appearing to act outside the sphere of any enunciation marker (erasing all traces of the enunciator, and of the agents and patients, causes and consequences of the process), this operation, coupled with the definitive determination and the representation of what happens as being beyond human control, naturalizes neoliberal positions, distributing them everywhere in the guise of mere intangible evidence and expressions of reality.

Keywords: Nominalization. Preconstructed. Truisms. Naturalization.

ⁱ Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutor em Ciências da Linguagem pela Université de Paris X e livre-docente pela Université des Antilles et de la Guyane. E-mail: pdahlet@voila.fr.

*Ne recevoir jamais aucune chose pour vraie,
que je ne la connusse évidemment être telle
(René Descartes, Discours de la Méthode)*

1 Questionar a transparência

O discurso neoliberal é profundamente ideológico apesar de absolutamente não aparentar sê-lo, na medida em que, ao mesmo tempo, divulga uma visão partidária do mundo e disfarça que o faz. Tal desdobramento resulta fundamentalmente de um autoapagamento da própria discursividade, que naturaliza as tomadas de posições neoliberais como meras evidências e expressões intangíveis da realidade. Um dos efeitos desta autodissimulação é que, embora a doutrina neoliberal seja onipresente no espaço discursivo público (midiático, político, empresarial), os seus suportes e as suas articulações tendem a permanecer despercebidos: ouve-se, lê-se e vê-se o discurso neoliberal, mas não se repara. Isso explica também que cidadãos sem compromissos com os tópicos neoliberais, e mesmo adversários, estão expostos a retomá-los por sua conta no fio dos seus próprios discursos.

Nestas condições, a pergunta mais adequada em relação à penetração generalizada, até os territórios mais íntimos das pessoas, dos preceitos neoliberais não é, portanto, aquela que questiona a relevância e as conexões explícitas da sua argumentação. Embora tal questionamento não deixe de ser essencial, mais urgente e sobretudo, talvez, mais útil, é indagar através de quais procedimentos enunciativos um dispositivo altamente conflituoso de deslocalização da governança democrática nas prerrogativas do mercado pode ser tão radicalmente integrado que seus tópicos fundantes (os imperativos da proeza econômica e do gozo consumista, os dois movidos pela mesma exigência de superação constante dos sujeitos, enquanto microempreendedores de si mesmo), não obstante as desigualdades extremas e até devastadoras de seus efeitos, não aparecem mais como ideológicos e ordenados por uma oligarquia financeira, mas como materialização intocável da própria natureza, independentemente das entidades que a cometem e a dirigem, e qualquer que seja sua deriva.

Não são poucos os procedimentos que, no discurso neoliberal, conformam implicitamente as representações coletivas ao categorizar e, portanto, ao fazer existir, na ordem discursiva, fatos e processos supostamente externos a tal ordem. Já abordei anteriormente alguns destes

procedimentos, tais como a *eufemização*, a *substituição semântica*, a *denegação invertida* ou o *esvaziamento de posições enunciativas* (cf. Dahlet 2003 e no prelo), que pretendem todos dizer, sem dizê-lo, o sentido universal e pacificado da concretização neoliberal do mundo.

Gostaria de focalizar aqui o impacto e funcionamento de outra operação enunciativa, a *nominalização* (doravante NMZ), e isso por duas razões: porque ela é *obviamente* muito produzida e de uma extrema produtividade no discurso neoliberal, como em todo discurso chamado de constituinte, por Maingueneau e Cossutta (1995), por instaurar circularmente a sua própria criação cognitiva enquanto encarnação compartilhada da realidade. Além disso, e sobretudo, porque ela é fundante, inclusive no sentido literal do termo, na medida em que a NMZ, aliada à sua *determinação definida*, parece-me concentrar o próprio paradigma do discurso neoliberal, no ponto em que a complexidade da sua racionalidade e a coerção de suas injunções tornam-se integradas ao pensamento comum e se confundem virtualmente com a transparência de puras verdades, subtraídas a qualquer necessidade de argumentação ou possibilidade de contra-argumentação, mas agindo sobre todas e instruindo mediante a sua vertiginosa repetição inter e intradiscursiva.

Portanto, considerando que, diferentemente dos poderes mantidos pela opressão física e a propaganda explícita, o neoliberalismo tem que alcançar uma adesão consentida e voluntária dos cidadãos à economia de seus valores, a hipótese que guia esta contribuição é que a NMZ argumenta o mundo com termos sobre os quais não se contra-argumenta porque a forma oculta de sua enunciação coloca-os fora do alcance de qualquer argumentação, pretendendo o discurso neoliberal transformar assim, sistematicamente, as peças de um empreendimento econômico-ideológico em *verdades óbvias* destinadas a impor-se a todo mundo enquanto incontestáveis articulações do bom sentido.

Nesta perspectiva o nosso estudo se distribui em duas etapas. Apresentarei primeiro uma esquematização teórica da NMZ enquanto operação enunciativa de veridicção finalizada pela transformação dos tópicos do discurso neoliberal em necessidades de pensamento e de comportamento. Isso antes de analisar as modalidades e os efeitos de uma série de realizações desta operação no discurso midiático, uma vez que, se a catequese neoliberal penetra hoje em todos os interstícios da vida coletiva e pessoal, pode-se dizer que é, sem dúvida, graças ao protagonismo decisivo deste discurso, que a

banaliza e a suaviza ao se espalhar e se reciclar dentro de uma multiplicidade de rubricas exógenas ao campo político ou econômico de origem.

2 A nominalização e o ideal do conhecimento óbvio

Conforme a tradição descritiva, o termo *nominalização* (NMZ) designa, como se sabe, o procedimento que consiste em produzir um nome a partir de uma base verbal (*ele muda a =>a mudança de*), adjetival (*ser ágil =>a agilidade*) ou mesmo nominal (*o fato de ser jovem =>a juventude*). Em todos os trabalhos, sejam de orientação gramatical e/ou linguística, a NMZ aparece como um lugar de passagem entre um verbo e um nome, que reduz uma oração a uma palavra ou a um grupo de palavras.

Sem entrar na complexidade do fenômeno (diversidade das marcas, definição das categorias morfológicas implicadas, identificação da forma de partida, estatuto das derivações, variedade dos níveis de incidência – constituinte, palavra, proposição, enunciado) que deu origem a numerosos estudos de natureza morfossintática e semântica (Balvet et al., 2012; Kerleroux, 1999, 2008, 2012; Fradin, 2012; Mir-Samii, 2007, entre outros), contentarei-me de iluminar aqui o interesse específico dos mecanismos da NMZ para a análise do discurso. Nesta perspectiva, destacarei três propriedades notáveis da NMZ, com referência especial a abrangência e relevância das análises inaugurais de Patrick Sériot (1985 & 1986) sobre o funcionamento da NMZ no discurso político soviético.

A primeira propriedade retoma a identificação da NMZ a um lugar de passagem, que já frisamos. Ela corresponde ao fato que a NMZ é antes de tudo a cristalização de uma relação entre uma forma e outra, sendo o produto de um enunciado que ela condensa. É esta função de condensação que, ao permitir articular várias ideias numa única forma, explica sua recorrência na escrita, sobretudo no discurso teórico (devido a sua obrigação de densidade conceitual) e no discurso midiático (onde cada signo tem seu preço). E é esta mesma função de condensação que leva a qualificar a NMZ como sendo constitutivamente paráfrase, equivalência e ligação do discurso a um exterior.

Isso define a segunda propriedade da NMZ que quero sublinhar: trata-se de uma ligação que é mascarada, ao mesmo tempo enquanto tal e no plano da significação singular daquele exterior que se vê inserido no discurso pela NMZ. De fato, a NMZ está caracterizada pela desaparecimento mais ou menos integral

das marcas da enunciação. A transformação nominal autoriza a não mencionar nem os agentes e pacientes do processo, nem o momento, e ainda menos as causas e consequências. Um dos efeitos deste apagamento, total ou parcial, das marcas enunciativas é de assimilar a nova formação nominal apenas a um vestígio de uma antiga formulação, por isso ao mesmo tempo legitimada a não remeter ou a remeter só parcialmente ao enunciado original, deixando indeterminada a posição de sujeito e possibilitando, portanto, também uma posição de sujeito diferente daquela do desaparecido sujeito da enunciação origem. Assim, um título como “Ainda há resistência” (*Correio Brasiliense, Cidades*, edição de 11 set. 2014, p.23) não diz nada sobre o que tematiza a NMZ *resistência*, o que induz uma *operação de percurso*, em referência a um conceito culioliano, dos agentes, pacientes, causas e consequências possíveis de tal *resistência*. É unicamente após a leitura do artigo que se pode (esperar) preencher este vácuo: a *resistência* viria do *Judiciário* que, ao se recusar a decidir sobre um caso de injúria racial, não acata as resoluções do Ministério Público para enfrentar o racismo. Só que, como esta significação resulta de uma inferência não analítica, não se descartam, mesmo após a leitura, outras saturações semânticas potenciais, fazendo dos dois, “branco rico” que ofendeu o “negro pobre”, os protagonistas da *resistência*, e, portanto, de uma boa parte da sociedade, uma vez que o próprio autor conclui o seu artigo, esperando que “toda a sociedade se comprometa com essa luta”. Pode-se dizer neste sentido que a NMZ antecipa e instrui atos de (re)orientações de sua estrutura semântica, sem, porém, articulá-los e sem produzir qualificações virtuais que seriam necessariamente selecionadas por sua continuação textual.

Dá a terceira propriedade da NMZ que deve ser destacada. Ao remeter a enunciados subjacentes, a NMZ induz sempre um efeito de pré-construído que corresponde, segundo a famosa definição de Pêcheux a “o que remete a uma construção anterior, exterior, e em todo caso independente, em oposição ao ‘construído’ pelo enunciado”, como se este último “fosse pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’” (Pêcheux, 1990 [1975], p. 193 e 221). Tudo acontece assim como se a NMZ emergisse sempre implicitamente acompanhada de uma instrução de identificação a um *já dito* em outro lugar que, embora seja indeterminado, orienta a leitura e determina, sem que o sujeito se dê conta desta (in)determinação, a significação do que está dito, agora, no momento da enunciação.

E é justamente porque ela remete a um exterior, que ao mesmo tempo ela não nomeia e reativa repetitivamente de um discurso ao outro, que a NMZ impõe suas significações não como verdades a serem analisadas, mas como evidências, ou seja *verdades óbvias* e irrefutáveis, a serem recebidas como tais por cada um, de maneira que, relembrando o processamento cognitivo da verdade segundo Descartes, “não se tenha nenhum motivo de duvidar dela” (Descartes, 1992 [1637], p. 40).

A NMZ proporciona e assegura assim a obviedade do dito e, consecutivamente, sua incontestabilidade, porque ela subtrai literalmente a qualquer contra-argumentação os termos de sua argumentação, uma vez que pertencem a um pré-construído invisível, e é altamente aleatório, e até impossível, reencaixar sua significação, para avaliá-la em relação aos enunciados dos quais a NMZ aflorou e, portanto, de reincorporar as predicções remanescentes dos enunciados subjacentes em questão. Mas a impossibilidade da reconstrução analítica do pré-construído não é só linguística. É igualmente simbólica, por expor quem se arriscaria a questionar a natureza e o impacto de uma NMZ a deflagrar uma catástrofe discursiva e a ser rejeitado nas margens do bom sentido comum.

Vamos agora confrontar estas considerações teóricas com o funcionamento e os efeitos de algumas NMZ no discurso jornalístico, para poder apreciar o quanto suas realizações, ao subtrair ao sentido a responsabilidade de quem o enuncia, incorporam ao discurso, na forma de *verdades óbvias*, componentes-chave da racionalidade neoliberal, na qual ele está (ou deve parecer) mergulhado, para satisfazer ao pensável que procede desta racionalidade.

3 Nominalização e teleonomia neoliberal do discurso midiático

No contexto contemporâneo de ultrafinanciarização da economia, o papel do discurso midiático, fortemente vinculado aos tópicos neoliberais pelos monopólios empresariais em que ele se inscreve, extrapola a pura reprodução da ideologia que se empossou do mundo.

Legitimado nesta tarefa por seu contrato deontológico, que não se resume a um compromisso com a verdade dos fatos relatados, mas se prescreve em oferecer ao público esquemas acessíveis de interpretação do mundo, o discurso da chamada grande mídia funciona como maior mediador e

implementador da topologia neoliberal na opinião pública, que aliás não tem outra existência que os contornos da mídia que a convoca.

De fato, o discurso midiático não só incorpora a economia neoliberal do mundo no seu empreendimento informativo, como reconstrói e entrega a complexidade, e até o esoterismo, de seus tópicos de maneira compreensível e esclarecedora para que qualquer um possa integrá-los na sua própria narrativa, assumindo simultaneamente uma função de patrulhamento e cerceamento semântico, que impede de ver nestes tópicos o que eles são, ou seja, nada mais que meros produtos ideológicos.

Sustentando a pregnância da operação de NMZ nesta tarefa profunda e dissimulada de difusão-acreditação do discurso neoliberal pela mídia, destacarei agora as dimensões principais da atuação desta operação. Eu me apoiarei sobre um número limitado de exemplos extraídos da produção jornalística brasileira recente, portanto sem outra pretensão que a de concretizar a caracterização conceitual anterior da NMZ e os efeitos de sentido de sua recorrência midiática, suficientemente estáveis para poderem ser identificados e questionados como potencialmente ativos em qualquer realização dos grandes monopólios midiáticos. Nesta perspectiva, localizarei o paradigma operatório da NMZ sucessivamente na conjunção de quatro procedimentos notáveis: *reinterpretação globalizante obviamente pré-construída, autonomização do objeto produzido por sua determinação definida, configuração deôntica e naturalização de suas significações*.

Primeiramente a *reinterpretação globalizante*. Ela corresponde a uma reclassificação dos pontos de vista sobre o acontecido através da construção de uma nova entidade referencial procedente do percurso de homogeneização de dois objetos anteriormente dissociados, como o ilustra bem o seguinte fragmento:

Empresários cobram crescimento. O setor produtivo do Distrito Federal acompanha com muita atenção a sucessão ao Palácio do Buriti. Representantes de importantes segmentos do mercado local querem respostas para problemas que impedem o crescimento e a consolidação de uma estrutura privada forte e competitiva e deixam a economia dependente do setor público. São demandas que vão desde a desburocratização de projetos e alvarás, passando pela regularização de terras, acesso ao crédito até a redução da carga tributária. A incerteza quanto ao futuro da economia da capital do país levou vários segmentos a convidarem os candidatos para debater nas federações e sindicatos patronais o que planejam para o setor produtivo (F. Maja, *Correio Brasiliense*, 12.09.14, Cidades 19).

Neste exemplo, “O setor produtivo”, “a economia dependente” e “a incerteza quanto ao futuro da economia” correspondem respectivamente a redução de “O setor é produtivo”, “a economia é dependente do setor público” e “O futuro da economia é incerto”, sendo que esta predicação resulta ela mesma da condensação nominal de “A economia tem futuro”. Quanto às manifestações “o crescimento e a consolidação de uma estrutura privada forte e competitiva”, “a desburocratização de projetos e alvarás”, “a regularização de terras”, “o acesso ao crédito” e “a redução da carga tributária”, são nominalizações que resultam respectivamente da redução de “uma estrutura privada tem que crescer e consolidar-se”, “os projetos e alvarás tem que ser desburocratizados”, “as terras tem que ser regularizadas”, “o crédito tem que ser acessível” e “a carga tributária tem que ser reduzida”.

Ao reduzir um conjunto de processos verbais a uma série de nomes, todas as ocorrências de NMZ que aparecem aqui (e cujo vertiginoso número – mais de uma dúzia neste único fragmento – comprova a alta funcionalidade da operação num discurso instituinte de sua ideologia) vedam qualquer contra-argumentação da predicação verbal subjacente, uma vez que a transformação nominal zera literalmente a formulação desta predicação, e cria estruturalmente uma agregação necessária, qualificada pela união orgânica de seus termos.

Quaisquer sejam as formas das NMZ, ao substituir a predicação de uma determinada qualidade atribuída a um evento ou uma pessoa, todas impõem a produtividade de uma relação constitutiva e, portanto, subtraída a qualquer rejeição argumentativa, entre este evento e pessoa e aquele atributo.

Falar de “O setor produtivo” ou de “A redução tributária” é pressupor a existência de uma classe de setor necessariamente produtivo e de uma carga tributária a finalizar necessariamente como reduzida (o caráter “produtivo” e o “a ser reduzido” pertencem intrinsecamente às noções que ele qualifica), dificultando assim as iniciativas de contestação de tal constituição. É muito mais difícil negar que a redução deve caracterizar a carga tributária na formulação condensada “a redução da carga tributária” do que quando se enuncia: “a carga tributária é para ser reduzida”. O que poderá ser discutido é muito mais o volume de tal redução que a redução como característica da política tributária.

Ao ser estabelecida a existência da *carga tributária* e admitido, sem discussão possível (uma vez que a propriedade está englobada no ato da NMZ, não sendo objeto de uma predicação suscetível de contestação), o seu exagero (não só porque se infere do uso do termo *redução* que a cobrança é alta demais, mas também por causa do semantismo negativo de *carga* que tende a apresentar o imposto como um fardo indevido e não como uma contribuição consentida ao bem estar da coletividade), não se pode fazer outra coisa que se entregar à obviedade do dito. Resta somente ao indivíduo a adesão à significação que a NMZ, ao enunciar-se, faz existir enquanto *verdade óbvia*, para não fugir da pauta comum (apesar de ser seletiva) do bom sentido e permanecer assim com o sentimento de sua plena e legítima integração ao coletivo. O sujeito assujeitado pela obviedade do seu consentimento, nem precisa mesmo liberar a sua adesão pela exclamação interior, “É isso mesmo, é óbvio!”, tematizada por Althusser (1976) como marca do seu salto na racionalidade ideológica, já que a repetição insaciável dos termos que nominalizam, como sendo a coisa mais comum, a visão neoliberal economista do mundo pré-construída pelos monopólios midiáticos, torna invisível a ideologia que ela capitaliza.

Por isso eles não só fazem um uso extraordinário da NMZ, mas também não hesitam em criar novas denominações e, no momento desta criação, destacar a significação que, doravante, virá com ela como *verdade óbvia*. É o caso desta declaração do Grupo Globo:

As Organizações Globo agora se chamam Grupo Globo. A nova denominação não é apenas uma mudança de nome. Ela reflete a integração entre as empresas do grupo [...], segundo explicou ao **Valor** João Roberto Marinho, vice-presidente da companhia. [...] Enfim, “somos produtores de conteúdo” (Heloisa Magalhães, *Valor Econômico*, edição de 11 set. 2014, Capa)

Produto da transição de uma NMZ para outra (A Globo que era uma Organização é agora um Grupo), esta nova denominação, ao identificar um dos maiores monopólios midiáticos do mundo a um “contador de histórias” e a um grupo de parceiros, simboliza perfeitamente a contribuição da NMZ para a fabulação de uma obviedade global da qual o discurso neoliberal encarrega o discurso midiático.

O segundo procedimento está vinculado à determinação sistemática aqui das NMZ pelo artigo definido *o/a* que indica que uma pessoa ou uma coisa já foi identificada e verificada. Consecutivamente o novo saber instalado pela

NMZ se confunde com um estágio mais conceitualizado e com valor generalizante de um saber que a determinação definitiva liga globalmente a circunstâncias apagadas, mas existentes, que o autenticam globalmente como sendo verdadeiro. As operações de NMZ e de determinação definida se encontram assim (será muito mais rara a ocorrência de “um crescimento de uma estrutura privada” que “o crescimento”) para fazer crer que se trata de um fenômeno já confirmado e de cuja necessidade não se pode duvidar.

Mas não é só isso. A funcionalidade fundamental de NMZ generalizantes, como “a economia dependente” ou “o crescimento e a consolidação de uma estrutura privada forte e competitiva” é de construir como uma verdade a denominação de um fenômeno e, no mesmo movimento, permitir que ela possa ser dita e retomada como tal por cada um. Não tem nada mais significativo nesta perspectiva que manchetes, por isso tão frequentes, do tipo:

O desemprego tende a aumentar ainda mais devido à fraqueza da atividade produtiva (A.Temóteo & R. Costa, *Correio Brasiliense*, 27.02.15, Economia 6).

Não obstante o fato de que a constatação vale manifestamente por um contexto singular, a determinação definitiva dos termos “desemprego”, “fraqueza” e “atividade produtiva” leva a generalizar o sentido das três nominalizações e a inferir leis interpretativas com validade global da reclassificação do acontecido estabelecida pela correlação enunciativa das três.

Nestas condições, pode se dizer que, sob o efeito das determinações definidas destas NMZ, passamos de simples possíveis do mundo em uma certa situação a leis do mundo, uma vez que “uma lei é a maneira pela qual um futuro que não terá fim tem que continuar a ser” (Peirce, 1978, p. 115), sem que o dedo seja “evidentemente” colocado nas feridas do desemprego. É assim que uma constatação de uma correlação conjuntural sem sujeitos emerge enquanto correlação estrutural concernente a todos os sujeitos.

Tal correlação implica frequentemente um *dever fazer*. Esta configuração deôntica corresponde ao terceiro procedimento anunciado da NMZ. De fato, em um número importante de contextos, onde a significação da NMZ está estruturada por um complemento, o vínculo deste complemento com a NMZ é de tipo relacional mais que determinativo propriamente dito. A modalidade deôntica aparece então como um valor afetado pelo complemento do

enunciado nominalizado ao saber que ele classifica. Convocar os “problemas que impedem o crescimento e a consolidação de uma estrutura privada forte e competitiva” é acrescentar ao pressuposto da existência de uma *estrutura necessariamente privada, forte e competitiva*, a obrigação de *fazê-la crescer e de consolidá-la*. Da mesma maneira, a função relacional da preposição *de/da* nos sintagmas nominalizados desde “desburocratização de projetos e alvarás, passando pela regularização de terras, acesso ao crédito” até “a redução da carga tributária” dá a instrução que os complementos *projetos e alvarás, terras e carga tributária* têm que ser ligados às NMZ que eles determinam, independentemente mesmo da vontade individual.

Contudo, a pré-construção de saberes compartilhados e a homogeneização de um *dever fazer* são necessariamente inscritas em tensões contraditórias. Como Sériot (1985 & 1986) o demonstrou ao reconstruir a heterogeneidade dissimulada atrás da forma aparentemente monolítica e consensual das NMZ no discurso soviético, as transformações nominais do discurso neoliberal também podem ser vistas como as “máscaras de uma polêmica da justificação” (Sériot, 1985, p. 340).

Neste sentido, é importante notar que, no caso das NMZ implicando um *dever fazer*, como “a desburocratização dos projetos”, o leitor, ou melhor, todos nós estamos induzidos a articular a conclusão subentendida de que “os projetos têm que ser desburocratizados”, com um pressuposto polêmico tipo “os projetos são burocratizados”.

Um funcionamento pressuposicional deste tipo é sintomático dos antagonismos recobertos pelas NMZ, uma vez que implica toda uma trama argumentativa infradiscursiva que seria aqui: *os projetos são destinados a ser desenvolvidos, mas (os seus portadores) estão impedidos de fazê-lo, por causa de uma burocracia (nociva), o que por sua vez atrapalha o crescimento (benéfico) da estrutura privada*.

E é justamente para conter, na medida do possível, a manifestação de subunidades contraditórias e conflituosas no percurso consensual globalizado pelo jogo sem marcas de enunciação de suas NMZ que o dispositivo midiático controla os efeitos configuracionais das tensões que ele esconde, mobilizando o quarto e o último procedimento que evocarei aqui, e que pode ser definido como uma *naturalização* das classificações operadas pelas NMZ.

Como o indica o termo, a *naturalização* designa a apresentação dos rumos neoliberais do mundo, desenhados pelas NMZ, como extensivos da

natureza mesma, particularmente quando eles aparecem caóticos e carregados de ameaças para a sua própria alquimia. Emprestando o conceito de *esquematisação* ao modelo lógico-discursivo de Grize (1990 e 1996), em que ele designa a forma tipificada (e distinta do suposto original), que toma o mundo no “universo de discurso” de um locutor em função de suas representações e crenças e daquelas que ele imagina e pretende determinar no universo discursivo de seu interlocutor, e remetendo também à distinção de Goffman (1981) entre dois tipos de quadros explicativos primários - um que vincula o acontecido a um diretório humano, e outro que não identifica a intervenção do homem atrás de um evento – pode-se dizer então que a mediação do mundo neoliberal preenche a relação causa-consequência deixada vazia pela NMZ, substituindo uma explicação da lógica neoliberal por um comando humano, uma (não) explicação pela *própria natureza*.

A necessidade da independência dos bancos centrais tem sido colocada no contexto da própria natureza da política monetária [...] a independência do BC protege a política monetária de pressões naturais relacionadas aos ciclos eleitorais, já que há sempre a tentação de utilizá-la para gerar episódios efêmeros de crescimento [...]. (Gustavo Loyola “Um debate necessário”, Opinião, *Valor econômico*, 4-6.14, A31).

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que a nuvem cinza colocada sobre o país começa a se dissipar por conta da retomada do crescimento e da redução da inflação (Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/08/economia-brasileira-cresce-15-no-2-trimestre-diz-ibge.html>>. Acesso em: 30 ago. 2013).

O ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, rebateu críticas [...]: “A oposição ficou um bom tempo dizendo que ia ter uma tempestade perfeita, nós tivemos um verão muito tranquilo. Agora estão falando em vendaval, em tsunami. Eu acho que o único tsunami que tivemos foi a gestão pública em alguns governos do passado”, afirmou o ministro (Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/mercadante-o-unico-tsunami-que-tivemos-foi-a-gestao-publica-em-alguns-governos-do-passado/MI>>. Acesso em: 15 jun. 2014).

Estes três exemplos ilustram nitidamente esta focalização em uma *esquematisação* naturalizante. Portanto me limitarei a três comentários.

Primeiro, o universo de validação do sistema explicativo de tal *esquematisação* é manifestamente o dos fenômenos climáticos, como o atesta a recorrência do paradigma lexical das perturbações climáticas: *verão muito tranquilo*, *nuvem cinza*, *vendaval* e *tsunami*. Todo o funcionamento do mercado aparece assim como uma grande metáfora de uma dinâmica climática, como o marca a aparição dos hiperônimos *pressões naturais*, *ciclos eleitorais* e

episódios efêmeros. A conjuntura não está identificada de outra maneira, a não ser pela mescla com a natureza, e em primeiro lugar o clima. Trata-se manifestamente aqui de uma manipulação das lógicas explicativas disponíveis (ação reflexiva dos homens ou efeitos descontrolados da natureza) para impor a representação do domínio econômico como campo natural à qual não se pode (nem mesmo se deve, nas versões fundamentalistas) opor.

O segundo comentário é que tal *esquematisação* é quase sempre a de forças naturais hostis e antagonistas. Com esta explicação, quaisquer sejam os fracassos das políticas neoliberais e as catástrofes que eles podem gerar, nunca são da responsabilidade dos homens. Ao contrário, todos os homens estão, em caso de *crise* (hiperentidade nominalizada, onipresente, quase supranatural, sem agente nem paciente), juntos, vítimas dos elementos naturais e, por isso, o pior, ou seja, uma desapareção apocalíptica da humanidade, não pode ser descartado:

Se houver uma mudança climática global e a América do Sul virar um deserto, aí realmente não tem jeito (Entrevista de Márcio Zimmermann, secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, *Valor Econômico*, A3, edição de 11 set. 2014).

Nestas condições, o que está implicitamente zerado é a atuação de todos os movimentos altermundialistas, uma vez que o poder cego da natureza torna fútil, inútil ou irrisório qualquer vontade de acabar com a injustiça de seus efeitos. Falta ainda constatar neste plano que é tamanha a penetração deste paradigma naturalizador, que informa não só a discursividade dos aficionados do neoliberalismo, mas contamina também os que se apresentam como defensores, mais ou menos radicais, de um modelo do Estado social (cf. Mercadante e Mantega).

O terceiro comentário é só para destacar que este processo de metaforização natural explicativa das flutuações da economia e do mercado argumenta explicitamente (e está argumentado por) não só uma concepção naturalizada e essencialista da política (cf. *a própria natureza da política monetária*), mas também do potencial humano mesmo, o que conduz a justificar a desigualdade social por uma suposta desigualdade natural, quando se escreve por exemplo que “o público a que se destina [o ensino médio] está naturalmente mais propenso a trocar o estudo pelo trabalho ou a simplesmente não buscar nem um nem outro” (R. Mariz, *Correio Brasiliense*,

Política 8, edição de 11 set. 2014), estabelecendo assim, frente a lei natural, a existência de comunidades mais iguais que outras.

A interação constante desta *esquematização* natural com seus componentes, em todas as mídias, paradoxalmente talvez, uma vez que inclui a (im)previsibilidade de todo tipo de abalos sísmicos, ao remeter à experiência que cada um tem dos fenômenos naturais, acentua assim as *verdades óbvias* implementadas pelas NMZ: apesar de implicar mecanismos muito complexos (por isso objeto de ciências econômicas inacessíveis ao cidadão comum), as coisas que acontecem não são difíceis de entender, porque acontecem como na natureza e são relatadas como tais, mas são muito difíceis de evitar, porque reeditam a fatalidade dos fenômenos naturais.

4 Devolver a opacidade

A análise do(s) discurso(s) não revela a ninguém nenhum “verdadeiro sentido” que ficaria preservado e intocado, atrás de uma midiatização em *trompe-l’oeil*. Ela não acorda um suposto “sentido autêntico” que se esconderia no fundo dos discursos, até porque, para ela, a profundidade do discurso é sempre de superfície, variando com as relações que seus termos contratam entre si e com os pontos de fuga do reconhecimento subjetivo das significações deste jogo.

Não, a análise do(s) discurso(s) não procura nem desvenda (felizmente!) o segredo das coisas, mas ela nos mostra, em contrapartida e à contracorrente da ilusão-desejo de que as palavras fossem o reflexo das coisas, que o sentido do mundo e dos sujeitos que somos, entre outros, faz-se e se desfaz nos discursos. E isso não é pouco, bem pelo contrário, uma vez que devolve ao leitor o potencial criativo da opacidade do discurso, salientando que as evidências que ele desenrola, são, antes de tudo, significações que encontram nos discursos sua (im)própria explicação e, portanto, as matrizes de sua relatividade.

É esta relatividade que pretende precisamente negar a estabilização dos tópicos neoliberais no esquema de enunciados nominalizados semanticamente não saturados, a não ser pela (falsa) eternidade das *verdades óbvias* que eles espalham no mundo, funcionando assim como peças-chave da narrativa naturalizante do discurso neoliberal promovida pela mídia dominante.

Ao afetarem aos tópicos neoliberais todos os traços de uma inconfundível preexistência, as NMZ reforçam esta topicalização por seu enraizamento no ciclo natural e inevitável da ordem das coisas, convertendo-os então em *verdades óbvias* fundantes do bom sentido comum mesmo.

Nesta perspectiva, o horizonte crítico de uma leitura, que devolve sua opacidade aos saberes infinitamente reciclados pelas NMZ e pela *naturalização* de seus dizeres, seria alcançado se ela pudesse contribuir, de uma maneira ou outra, com o enriquecimento da dotação dos atores sociais que somos em recursos e ferramentas para contestar e refutar a “incontestabilidade” que o mundo neoliberal e o ilusionismo da sua utopia por consumo encontram na sua veridicção mediática.

Mas, essa é uma perspectiva que deixa em aberto a questão de saber o que pode obrigar o sujeito-meta desta incontestabilidade a agir conforme a estas verdades óbvias, como se fossem suas, e se há mesmo a possibilidade de abjugar-se de suas subjugações.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Idéologie et appareils idéologiques d’Etat**. Notes pour une recherche. Paris: Editions sociales, 1976. p. 67-125.

BAKHTINE, Mikhail. **Le marxisme et la philosophie du langage**. Paris: Minuit, 1977 [1929].

BALVET, A.; CONDETTE, M-H.; HAAS, P.; HUYGHE, R.; MARIN, R.; MERLO, A. La ressource Nomage, Confronter les attentes théoriques aux observations du comportement linguistique des nominalisations en corpus. **TAL**, Paris, v, 52, n. 3, 2012, p. 1-24.

BOURDIEU, Pierre. Cette utopie, en voie de réalisation, d’une exploitation dans limite. L’essence du néolibéralisme. **Le Monde Diplomatique**, mars 1998.

CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l’énonciation**. Paris: Ophrys, 1990 e 1999.

DAHLET, Patrick. Apagar as divisões, celebrar o consenso: a governança discursiva na era neoliberal. **Todas as letras W**, São Paulo, v. 16, n.1, 2014, p. 125-139.

DAHLET, Patrick. O discurso neoliberal: engrenagens de um fazer crer. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS SOBRE DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO, 2., 2014, Belo Horizonte. **Anais do II SEDIAr**. Ilhéus: UESC, 2015. Disponível em: <<http://www.uesc.br/programas/proeda>>.

DESCARTES, René. **Discours de la méthode**. Suivi d'extraits de La Dioptrique, des Météores, de la Vie de Descartes pas Baillet, du Monde, de l'Homme et de Lettres, éd. Geneviève RODIS-LEWIS, Paris: Flammarion, 1992 [1637].

FRADIN, Bernard. Les nominalisations et la lecture 'moyen'. **Lexique**, Lille, n. 20, p. 129-156, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Les cadres de l'expérience**. Paris: Minuit, 1981.

GRIZE, Jean-Blaize. **Logique et langage**. Paris: Ophrys, 1990.

GRIZE, Jean-Blaize. **Logique naturelle et communication**. Paris: PUF, 1996

KERLEROUX, Françoise. Identification d'un procédé morphologique: la conversion, **Faits de langues**, Le Mans, n. 14, p. 89-100, 1999.

KERLEROUX, Françoise. Des noms indistincts. In: FRADIN, Bernard (dir.). **La raison morphologique**. Hommage à la mémoire de Danielle Corbin. Amsterdam: Ed. John Benjamins, 2008. p. 113-132.

KERLEROUX, Françoise. Il y a nominalisation et nominalization. **Lexique**, Lille, n. 20, p. 157-172, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique; COSSUTTA, Frédéric. L'analyse des discours constituants. **Langages**, Paris, n. 117, p. 112-125, 1995.

MIR-SAMII, Reza (dir.). **Nominalisations**. Paris: Ophrys, 2007.

PASSET, René. **L'illusion néolibérale**. Paris: Flammarion, Coll. "Champs", 2000.

PÊCHEUX, Michel. Les vérités de La Palice. Linguistique, sémantique, philosophie [1975]. In: **L'inquiétude du discours**. Paris: Éditions des Cendres, 1990.

PEIRCE, Charles Sanders. **Écrits sur le signe**. Paris: Seuil, 1978 [1883-1909].

SÉRIOT, Patrick. **Analyse du discours politique soviétique**. Paris: Institut d'Études Slaves, Coll. Cultures et Sociétés, 1985.

SÉRIOT, Patrick. Langue russe et discours politique soviétique: analyse des nominalisations, Paris: **Langages**, n. 81, p. 11-41, 1986.